

## Ocupação de abrigos cai; 580 mil seguem desalojados

Segundo Defesa Civil, quantidade de moradores nas instalações é 44% menor em relação ao auge da crise e governo prepara transição para centros de acolhimento; número de gaúchos fora de casa, por outro lado, segue alto e estável



ARTHUR LEAL  
arthur.leal@globo.com.br

A pesar de ainda alto, o número de pessoas acolhidas em abrigos provisórios no Rio Grande do Sul por causa da catástrofe vem diminuindo nas últimas duas semanas, de acordo com dados da Defesa Civil estadual. Se no auge da crise, no dia 12, 81.170 gaúchos estavam acampados em locais de acolhimento, atualmente há 45.126 pessoas — 44% menos, segundo números divulgados ontem à tarde. Desde o dia 18, esta estatística vem caindo gradativamente.

Por outro lado, a quantidade de desalojados — fora de suas casas por conta da tragédia, mas vivendo em casas de parentes ou amigos — se mantém alto e estável. Desde que esse número chegou a 581 mil, no último dia 20, houve pouca oscilação para mais ou para menos. No último balanço, eram 581.638 gaúchos desalojados.

Ontem, em um balanço dos 30 dias de crise, o governador Eduardo Leite (PSDB) tratou sobre os abrigos provisórios. De acordo com o estado, estão reservados R\$ 12 milhões para manutenção das instalações. A medida está sendo operacionalizada a partir de uma plataforma para que, posteriormente, cada município

receba R\$ 150 por pessoa desabrigada e acolhida. Para ter direito ao auxílio, os abrigos do município devem responder ao censo aplicado pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

Além disso, o governo afirma que trabalha na construção de Centros Humanitários de Acolhimento, oferecidos, inicialmente, para as cidades de Canoas, Porto Alegre, São Leopoldo e Guaiíba, que reúnem hoje cerca de 65% da população desabrigada. Ainda segundo o estado, as tratativas estão avançadas com os municípios de Canoas e Porto Alegre.

### NÚMERO DE MORTOS

Na capital, os possíveis locais para as estruturas provisórias são Porto Seco, Centro Vila Nova, Vila Nova, Em Canoas, na Ubra e no Centro Olímpico Municipal. A proposta é que cada centro acomode até mil pessoas. "Os Centros Humanitários de Acolhimento, em uma solução transitória entre os abrigos onde as pessoas estão atualmente, que são na verdade alojamentos provisórios, e as residências definitivas dos programas habitacionais já anunciados", diz o governo.

— Estamos atuando em todas as frentes para reconstruir o Estado. Isso passa por pilares financeiros, fiscais e técnicos. O governo precisa ter condições de responder à altura das necessidades, e é isso que estamos pleiteando junto ao governo federal — disse Leite.



Ocupação. Moradores que foram desabrigados pela chuva em um dos abrigos montados em Porto Alegre: número de ocupantes caiu pela metade

Até última atualização da Defesa Civil, 169 pessoas já morreram por conta das chuvas no Rio Grande do Sul. Há ainda 44 gochos tidos como desaparecidos. Ao todo, o estado afirma ter resgatado 77 mil pessoas nas enchentes, além de 12,5 animais salvos.

Ainda ontem, a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), respon-

sável pela malha ferroviária na região metropolitana da capital, retomou parte da circulação. O funcionamento ocorre em caráter emergencial e, inicialmente, as tarifas serão gratuitas, com previsão de retomada em um mês.

A rota foi reaberta pela manhã com a presença dos ministros Paulo Pimenta (Secretaria Extraordinária

para Reconstrução) e Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento), na estação de Mathias Velho, em Canoas. Segundo a Trensurb, o governo federal destinou valor inicial de R\$ 164,3 milhões para garantir a retomada do funcionamento.

### METRÔ GRATUITO

A operação segue até Novo Hamburgo. Ao todo, serão oito veículos circulando 10 horas por dia, em um trajeto de 26 km e 13 estações, nas cidades de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

De acordo com a companhia, os intervalos serão de 35 minutos entre as viagens, com capacidade de atender

cerca de 30 mil passageiros por dia — em condições normais, chega a 110 mil. As passagens também não serão cobradas porque os sistemas de bilheteria foram afetados pelas enchentes e seguem inoperantes.

Com estações inundadas em alguns pontos, a alternativa oferecida pela companhia em Porto Alegre foi a disponibilização de ônibus. Diretor-presidente da Trensurb, Fernando Marroni, afirma que as cinco subestações de energia da companhia, duas seguem inoperantes devido ao alagamento. Localizadas em Canoas e Porto Alegre, os locais precisam de avaliações e reparos sem previsão de execução.

# 45.126

pessoas ocupam os abrigos no Rio Grande do Sul  
Esse número é 44% menos do que o computado no auge da crise: 81.170 mil, no dia 12

# 169

morreram na tragédia gaúcha  
Segundo dados de ontem, 44 são tidos como desaparecidos; 77 mil foram resgatados nas enchentes

## Tempo e acesso a imagens de câmeras da PM geram debate

Governo de SP e diretoria da Justiça divergem: especialistas apontam caminhos

BERNARDO LIMA  
bernardo.lima@globo.com.br

As diretrizes nacionais para o uso de câmeras corporais por policiais divulgadas pelo Ministério da Justiça, na terça-feira, incluem parâmetros para o armazenamento de imagens distintos do definido pelo governo de São Paulo em novo edital. O tempo em que os vídeos são guardados e a determinação sobre quem terá a responsabilidade de armazená-los são motivos de debate entre especialistas em segurança pública, que veem deficiências e espaço para melhorias nos modelos.

O texto do ministério orienta, por exemplo, que os registros rotineiros devem ficar disponíveis por no mínimo 90 dias e, em determinadas situações, como quando estiver associada a uma ocorrência em que houve morte ou integrar o conjunto de provas de um inquérito, pelo prazo de um ano. Este é o modelo vigente em São Paulo, mas o governo do Tarcísio de Freitas publicou na semana passada um edital para contratação de novos equipamentos que altera critérios para o uso das câmeras.

Segundo o documento, as corporações terão obriga-

ção de guardar os vídeos gravados pelos policiais pelo prazo de 30 dias.

Segundo especialistas ouvidos pelo GLOBO, o modelo a ser implementado em São Paulo pode trazer retrocessos no uso da tecnologia e insegurança jurídica para inquéritos policiais.

### 'PERDA DE EVIDÊNCIAS'

A presidente do Instituto Sou da Paz, Carol Ricardo, avalia que o prazo definido pela portaria do Ministério da Justiça é o ideal. O previsto no edital de São Paulo, no entanto, pode resultar em problemas em investigações e processos judiciais.

— O que o estado alega é que a maioria das imagens não é usada por mais de 30 dias. Tudo bem, mas os processos costumam demorar muito tempo, então não dá para ter esse prazo, porque desse jeito a gente perde evidências importantes para investigação — destaca.

Como mostrou O GLOBO ontem, há pelo menos três eixos centrais conflitantes entre as duas propostas: além do prazo de armazenamento, também há diferenças na opção intencional de interromper a gravação pelo policial as situações que devem ser gravadas. Na quarta-feira, o presidente

do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso deu três dias para o governo paulista se manifestar após a Defensoria Pública do estado questionar o edital que flexibilizou as regras de uso de câmeras. Apesar dos pontos distintos, o ministro Ricardo Lewandowski evitou polêmicas durante evento de assinatura da portaria em Brasília.

— O estado de São Paulo é autônomo no que diz respeito a suas decisões em matéria de segurança pública.

A portaria do Ministério da Justiça também definiu orientações para quem faz o armazenamento e tem acesso às imagens (veja no box ao lado). Especialistas avaliam, no entanto, que o trecho que define qual órgão fará o armazenamento das imagens é vago, e deixa espaço para modelos de gestão em que a polícia faz o monopólio desses dados.

O pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NECV-USP), Daniel Edler, ressalta que o controle exclusivo das polícias sobre essas imagens pode levar a problemas como a demora no fornecimento das imagens, que podem acontecer intencionalmente, ou apenas por atrasos burocráticos.



Em uso. Policial em São Paulo com a câmera corporal no peito: estado definiu novas regras em edital

### PRAZOS DE ARMAZENAMENTO

#### Orientação federal

A portaria do Ministério da Justiça orienta que vídeos de rotina devem ser armazenados pelo prazo de 30 dias, sejam eles de ações de rotina ou envolvendo ocorrências.

comuns na administração pública.

— Na maioria dos modelos em vigência no Brasil é a polícia que faz a gestão dessas imagens, sem interferência de algum órgão independente das corporações. Então você tem esse trabalho do policial sendo o portador das evidências e isso tem gerado uma série de problemas. No dia a dia, tem muitos relatos de casos com

#### Edital aberto em SP

Alicitação aberta pelo governo de São Paulo determina que todos os vídeos sejam armazenados pelo prazo de 30 dias, sejam eles de ações de rotina ou envolvendo ocorrências.

atrasos na entrega das imagens, seja com indícios de má-fé, ou por dificuldade dos policiais em seguir os protocolos e prazos corretos — afirma.

#### INDEPENDÊNCIA

Segundo Edler, o ideal seria que os estados adotassem um modelo de armazenamento independente das polícias para agilizar o processo de fornecimento das

#### Quem pode acessar

Segundo a portaria, membros do MP e da Defensoria Pública, autoridades policiais ou administrativas responsáveis por investigações, advogados de vítimas ou investigados cujo imagens sejam evidências.

imagens à Justiça.

— O ideal, e que mesmo São Paulo já começou a implementar, é uma plataforma que corte esse homem do meio. A proposta seria que algumas pessoas dos tribunais de justiça tenham acesso a esse sistema para que possam extrair os dados que quiserem. Isso já acontece no caso do tribunal da Barra Funda, em São Paulo, mas não no resto do estado.